



Práticas de vida. Entre Sémíótica, comunicação e política*

Paolo Demuru**

Resumo: O objetivo do presente artigo é reafirmar e debater a necessidade de uma perspectiva sociosemiótica e semiótico-comunicacional no estudo das práticas de vida. Defende-se a tese de que tal abordagem deveria fundar-se em dois movimentos teórico-metodológicos: (i) na edificação de pontes entre a análise de micro e a análise de macro configurações de sentido, que revelem os elos que as práticas tecem com outras práticas, textos, discursos e ideologias do universo ou dos universos socioculturais em que se inscrevem, a fim de desvendar as relações de força que se escondem nos meandros da existência, bem como as resistências que os sujeitos lhe opõem; (ii) no vínculo entre a análise das práticas “em ato” e à análise de suas representações discursivas, sejam estas produzidas pelos sujeitos nelas envolvidos ou por enunciadores externos. Nesta perspectiva, o que define a identidade de uma prática não é apenas o ato performativo ou a cena predicativa “em si”, mas também as narrativas – principalmente, hoje em dia, as narrativas midiáticas, tanto das velhas quanto das novas mídias digitais – que, de algum modo, a instruem, a moldam e a dirigem, contribuindo, para usarmos os termos de Paul Ricoeur, a *configurar*, *refigurar* e, muitas vezes, *prefigurar* seu sentido.

Palavras-chave: Práticas, Semiótica, Comunicação, Política

1 Introdução

Há alguns anos, a problemática das práticas – sociais, culturais, cotidianas, urbanas, de vida e assim por diante – está no cerne da reflexão semiótica estrutural pós-greimasiana¹. A discussão até agora conduzida gira entorno de três questões teórico-metodológicas fundamentais:

1. a questão da definição do conceito de prática (o que se entende semioticamente por prática? Quais são seus traços distintivos?); bem como de sua relação com outros conceitos-chave, em particular com o conceito de texto
2. a questão do “como” analisar as práticas (como recortar uma prática? Quais os modelos mais adequados para seu estudo? Aqueles que temos são

suficientes? E se não o forem, como complementá-los ou renová-los?);

3. a questão, ainda pouco debatida, da observação e do registro da prática (como observá-la? Através de quais recursos – escrita, fotografia, vídeo – tomar nota de seus desenvolvimentos e de suas evoluções? Qual o papel destas textualizações?).

No entanto, há outros assuntos que permanecem ainda às margens da reflexão sobre o tema, os quais merecem e necessitam ser debatidos com mais profundidade:

1. qual é a contribuição que a semiótica pode trazer às ciências humanas e sociais no que diz respeito ao estudo das práticas? Ou seja, qual é a especificidade do ponto de vista semiótico sobre as práticas e o que este pode acrescentar ao debate

* À Ana Cláudia de Oliveira, por me desafiar a pensar sobre tais assuntos.

** Pesquisador Pós-Doc do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, onde também ministra cursos de graduação e pós-graduação. Pós-Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Semiótica pela Universidade de Bologna e doutor em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. Autor do livro *Essere in gioco. Calcio e cultura tra Brasile e Itália*; (Bononia University Press, 2014) e de diversas publicações científicas internacionais. Endereço para correspondência: (paolodemuru@gmail.com).

¹ Diversos e de diversas nacionalidades são os autores que se debruçaram sobre o assunto: Jean Marie Floch (1990), Eric Landowski (2004; 2005) e Jaques Fontanille (2008), na França; Ana Cláudia de Oliveira e os membros do Centro de Pesquisas Sociosemiótica de São Paulo, no Brasil (Cf. Oliveira 2014a; 2014b; 2017); Francesco Marsciani (2008), Gianfranco Marrone (2010), Isabella Pezzini (2016), Franciscu Sedda (2003; 2012), Patrizia Violi (2005), Maria Pia Pozzato (2012), Paolo Fabbri (2005), Massimo Leone (2009) na Itália; Maria Giulia Dondero, na Bélgica (2015), entre outros.

entre as diferentes perspectivas disciplinares ou interdisciplinares?

2. qual é o sentido e o alcance político do estudo semiótico das práticas? Em outros termos: a que serve e como pode repercutir, fora dos recintos acadêmicos, a semiótica das práticas? Como esta pode contribuir ao debate contemporâneo?

Não pretendo fornecer respostas a perguntas tão complexas e ambiciosas. Limito-me a afirmar sua urgência e indicar dois possíveis caminhos que possam, ao menos, contemplá-las. Em particular, diante de tarefas e desafios como estes, parece-me necessário, antes de tudo:

1. ampliar o olhar e por em relação micro e macro configurações de sentido, reconstruindo os elos que as práticas tecem com os discursos, os regimes, as axiologias e as ideologias do universo ou dos universos socioculturais em que se inscrevem e transitam, a fim de desvendar as relações de força que se escondem nos meandros da existência, bem como as resistências que os sujeitos lhe opõem;
2. atrelar a análise das práticas “em ato” – que leva em consideração as interações entre os sujeitos e entre os sujeitos e os arranjos plásticos e figurativos dos lugares onde elas acontecem (cf. Oliveira, 2014a, 2017; Marsciani, 2007, 2012) – à análise de suas representações discursivas, sejam estas produzidas pelos sujeitos nelas envolvidos ou por enunciadores externos. É o caminho vislumbrado por Jean Marie Floch em seu estudo seminal sobre os estilos de fruição do metrô de Paris (Floch, 1990), no qual o autor defendia a importância de observar paralelamente o discurso *do* percurso (o percurso do metrô e as práticas dos usuários) e o discurso *sobre* o percurso (em seu caso, as entrevistas realizadas com estes últimos). Nesta perspectiva, o que define a identidade de uma prática não é apenas o ato performativo ou a cena predicativa (Fontanille, 2008) “em si”, mas também as narrações – principalmente, hoje em dia, as narrações midiáticas, tanto das velhas quanto das novas mídias digitais – que, de algum modo, a instruem, a moldam e a dirigem, contribuindo, para usarmos os termos de Paul Ricoeur (1994), a *configurar*, *refigurar* e, muitas vezes, *prefigurar* seu sentido.

Como procurarei demonstrar, tanto a primeira quanto a segunda atitude metodológica estão intimamente vinculadas a dois dos principais pressupostos epistemológicos da disciplina: de um lado, à ideia, consolidada

no âmbito semiótico desde os primeiros estudos de Hjelmslev (1975; 1981) e Greimas (1975), de que não existe nenhuma realidade pura, independente das diversas formas discursivas que a recortam; do outro, ao postulado saussuriano da dúplice acepção de valor, à ideia, ou seja, de que a identidade do todo elemento linguístico – semiótico – se constrói seja a partir das relações que ele mantém com os elementos internos ao seu sistema de referência, seja a partir das relações que ele cultiva com elementos externos, isto é, aferentes a outros sistemas (cf. Saussure, 1916).

Assumir este tipo de postura – uma postura que, conforme as diversas etiquetas atualmente em uso, poderia ser definida “sociosemiótica” (cf. Landowski, 2005, 2017; Oliveira, 2014, 2017), “semiótico-cultural” (cf. Sedda, 2006; Lorusso, 2010), ou “semiopolítica” (Sedda, 2012) – pode se tornar frutífero não apenas no que diz respeito ao enfrentamento dos empasses e dos desafios internos à semiótica contemporânea, como também no que tange ao resgate da função “crítica” ou, para dizê-lo com Greimas, “terapêutica” (Greimas 1995, p. 169) que se costumava reconhecer à disciplina nas décadas de 1960 e 1970, cujo elã parece hoje perdido. Como afirmava o estudioso lituano, a semiótica não pode se limitar, pois, à mera compreensão do social. Ao contrário, deve aspirar a “mordê-lo”, assumindo cada vez mais, nas palavras do autor, os contornos de uma verdadeira “terapia do social” (Greimas, 1995, p. 169), de uma ciência, ou seja, cujo fim último deve consistir em abordar os fenômenos “em sua superficialidade” (Greimas, 1995, p. 169), apontando seus efeitos na existência cotidiana dos sujeitos, tanto no plano individual, quanto no plano coletivo².

Voltarei mais adiante sobre estes assuntos e sobre as estratégias através das quais me parece possível “morder o social”. Antes disso, como disse, é o caso de deter-se mais detalhadamente sobre as questões acima traçadas, procurando reconstruir e discutir criticamente as trajetórias até agora percorridas.

2 Texto vs. prática

Como acenei na Introdução, o debate semiótico sobre as práticas foi marcado, desde o princípio, pela busca de uma definição e de um posicionamento do próprio conceito de prática no quadro geral da teoria. Muitos se interrogaram, por exemplo, sobre sua relação e suas diferenças com o conceito de texto (cf. Landowski, 2004; Fontanille, 2008; Violi, 2005). Outros questionaram, ao contrário, a pertinência de tal distinção (cf. Marrone, 2007). Trata-se de um debate amplo e complexo, cuja reconstrução detalhada, embora necessária, é tarefa que ultrapassa os limites e os propósitos deste trabalho. De todo modo, vale a pena, em rela-

² Sobre a questão do alcance social da semiótica veja-se, também, o recente artigo em português de Jacques Fontanille (2017).

ção aos objetivos anteriormente traçados, se debruçar alguns instantes sobre seus pontos mais relevantes e controversos.

Partimos da oposição entre texto e prática. Conforme à opinião de diversos autores, as duas noções referem-se a manifestações semióticas distintas, que exigem abordagem diferentes. Em geral, tende-se a considerar o texto como um universo de sentido fechado e estático, cujos confins são previamente delimitados por um enunciador-autor responsável por sua produção. Ao contrário, a prática é vista como um universo de sentido aberto e dinâmico, que ganha forma no aqui e agora de sua realização, ou, em outros termos, na sua enunciação “em ato”. É assim, por exemplo, para Landowski (2004, p. 15-16, tradução nossa), que define o primeiro enquanto produto “aparentemente acabado [e] estruturalmente autossuficiente” e a segunda como configuração “em movimento, cujos efeitos de sentido não podem ser construídos a não ser *in vivo*, em situação”; para Fontanille (2008, p. 26, tradução nossa), que em seu trabalho sobre os níveis de pertinência e os planos de imanência do Percurso Gerativo da Expressão (doravante PGE) emprega o termo “texto” para designar apenas os textos-enunciados inscritos em um determinado objeto-suporte, definindo, por outro lado, as práticas enquanto “processos abertos circunscritos em uma cena (...) domínios de expressão apreendidos no próprio movimento de sua transformação, mas que tomam forma enquanto cenas (...) com uma estrutura predicativa”; para Violi (2005, p. 5, tradução nossa), que define as segundas como objetos semióticos que “excedem a textualidade”, cujo recorte e análise põe novos problemas ao semioticista.

No entanto, outros autores alertam sobre os riscos epistemológicos desta distinção. É o caso de Gianfranco Marrone, o qual, em seu ensaio *L'invenzione del testo* (cf. Marrone 2007), vislumbra o perigo de uma deriva ontológica da semiótica das práticas – ou melhor, de um de seus desdobramentos, como explicarei a seguir –, defendendo, ao mesmo tempo, a necessidade de uma revisão profunda do conceito de texto proposto por Greimas, cuja especificidade última não reside, segundo o estudioso, nos traços de fechamento, coerência e coesão.

Em particular, Marrone critica abertamente a proposta de Fontanille, fundada, a seu ver, em uma verdadeira “re-ontologização do texto” (Marrone 2007, p. 243). Mais precisamente, afirma Marrone, no modelo fontanilliano o texto configura-se como um dos níveis do percurso gerativo da expressão (PGE) proposto pelo autor, sendo assumido apenas como “texto enunciado” (regulamentos, pictogramas, nomes de estações, modos de uso de máquinas, enunciados de informação

sobre o trânsito, segundo os exemplos fornecidos por Fontanille). Nesta perspectiva, o texto integra e organiza os signos e as figuras (níveis inferiores do PGE) e é integrado, por sua vez, por objetos-suportes, cenas-práticas, estratégias e formas de vida (níveis superiores do PGE). A consequência de tal esquematização é que o texto passa a ser entendido como um “dado”, isto é, enquanto grandeza semiótica supostamente “pronta” – previamente e, em certo sentido, “naturalmente” definida e fechada – que o semioticista deveria estudar em sua imanência. Ao contrário, continua Marrone, na semiótica greimasiana, o texto é, antes de tudo, um “modelo teórico” suscetível de ser utilizado, no momento da análise, enquanto grelha de descrição (Marrone 2007, p. 240). Traduzindo: o texto – o modelo semiótico-textual – nada mais é do que o ponto de vista a partir do qual o semioticista constrói seu objeto de estudo, seja este um romance, um filme, uma prática ou uma forma de vida.

A partir desta primeira constatação, Marrone traça a oposição de fundo que rege sua reflexão: aquela entre o “texto-objeto” e o “texto-modelo”. O primeiro é um dado empírico, uma “coisa”: um livro, uma pintura, uma obra qualquer, reconhecida enquanto tal em um determinado contexto sociocultural, que possui um autor e um leitor; o segundo é um “modelo formal para a explicação – e, talvez, a compreensão – de todos os fenômenos humanos, sociais, culturais e históricos” (Marrone, 2007 p. 240), inclusive os textos-objetos. É nesta segunda acepção que, defende Marrone, o texto greimasiano deveria ser entendido: como um modelo de descrição fundado em alguns princípios epistemológicos (a primazia da relação sobre os termos, a imbricação profunda entre realidade e discurso, a narratividade) e teórico-metodológicos (o quadrado semiótico, o esquema narrativo canônico, a enunciação, os procedimentos de figurativização e tematização, as categorias plásticas, o semisimbolismo, etc.) que operam como lente para recortar e construir os objetos de análise, seja qual for a natureza de sua manifestação. O que, por sua vez, significa algo bem preciso: a epistemologia da semiótica textual é uma epistemologia profundamente e radicalmente construtivista, para a qual a empiria é definida e emerge sempre *a posteriori*, enquanto resultado do olhar do analista. É exatamente isso que Greimas e Courtés afirmam quando defendem, no *Dicionário de Semiótica*, que “o texto se constitui apenas de elementos semióticos conformes ao projeto teórico da descrição” (Greimas; Courtés, 2011, p. 503) e que toda semiótica-objeto existe apenas “no quadro de um projeto de descrição e pressupõe, por isso, uma metasemiótica que (...) a assume” (Greimas; Courtés, 2011, p. 450): que não existe, em semiótica, nenhum

³ Neste sentido Greimas é profundamente hjelmsleviano. Como afirma o linguista dinamarquês, “não se dá experiência sem antes ter descrito o objeto aplicando o método escolhido (...) Não há fatos óbvios antes da aplicação do método (...) Podemos concluir que toda definição de empirismo que opera sobre objetos existentes que podem ser compreendidos sem o aporte da metodologia científica é metafísica

fenômeno ou nenhum objeto dado, que possa ser apreendido além ou aquém da perspectiva disciplinar a partir da qual é observado e abordado³.

O debate entre Marrone e Fontanille nos coloca diante de dois problemas cruciais para o presente e para o futuro da semiótica de inspiração greimasiana.

O primeiro, de ordem terminológica, diz respeito à taxonomia dos conceitos que compõem o quadro da teoria. A este propósito vale lembrar que se, por um lado, a semiótica textual greimasiana designa, em última instância, uma abordagem e um olhar sobre o mundo, pelo outro, etiquetar fenômenos como as práticas de uma praça, de um estádio ou de um parque enquanto “textos”, pode gerar – em particular aos olhos de pesquisadores de outras áreas disciplinares – algumas confusões. O próprio Greimas, utilizando ao mesmo tempo expressões como “exercícios de semiótica do texto” para se referir a seu livro dedicado à análise do conto *Deux Amis* de Maupassant e outras locuções como “fora do texto não há salvação” para corroborar a tese do texto-modelo, contribuiu, como lembra Marrone (2007, p. 241) à consolidação de tal ambiguidade. Não se trata de um assunto banal ou secundário. Como diriam os antropólogos, estamos diante de uma oposição entre uma visão *êmica* (aquela dos sujeitos que fazem parte de uma comunidade, de seu senso comum) e uma visão *ética* (aquelas dos estudiosos que a analisam). Dito de outra forma, se para o semioticista tudo é “texto”, para o sujeito que passeia pelos corredores de um centro comercial ou que anda de skate em uma praça – ou para o sociólogo pouco familiarizado com o vocabulário semiótico – ouvir que tais gestos e ações são “textos” pode parecer insensato ou, de certo modo, absurdo (cf. Sedda, 2006, p. 48). Neste sentido, em relação à primeira questão que individuei na Introdução deste artigo (qual é a especificidade do ponto de vista semiótico sobre as práticas e o que este pode acrescentar ao debate entre as diferentes perspectivas disciplinares ou interdisciplinares?) parece-me mais profícuo deixar de lado a diatribe terminológica sobre o termo “texto” em prol de um posicionamento que vise a difusão e o fortalecimento dos pilares e das linhas guias do ponto de vista semiótico greimasiano (independentemente de como o se chame: textual, discursivo, sociosemiótico, etnosemiótico, etc.): a primazia da relação sobre os termos, a narratividade e os regimes de interação da gramática narrativa (cf. Landowski, 2005), a enunciação, os processos de tematização e figurativização, o corpo, a estesia e a problemática do sensível, a aspec-tualização, isto é, tudo que diz respeito aos níveis e aos atuais desdobramentos do “Percurso Gerativo de Sentido” (doravante PGS) – expressão que, segundo o próprio Greimas, designa antes e melhor que “texto”,

a “economia geral de uma teoria semiótica” (Greimas; Courtés, 2011, p. 232) e que mereceria, hoje, uma maior atenção. É o que têm feito estudos recentes sobre as práticas de vida urbana (cf. Oliveira, 2017; Pezzini, 2016; Marsciani, 2007), que, sem interrogar-se sobre a melhor maneira de nomear seu objeto de estudo, preocuparam-se em recortá-lo e iluminá-lo com a lente semiótica, deixando emergir, a partir das pertinências que este apresenta, suas especificidades (relações entre o arranjo plástico e figurativo do espaço e as ações dos sujeitos que o praticam, programas narrativos, regimes de interação, etc.). É o que fez Floch em seu já citado estudo sobre o metrô de Paris (Floch, 1990), no qual o autor não afirmava que os percursos e as práticas dos usuários “eram textos”, mas que poderiam ser abordados “enquanto tais”, isto é, com base nas articulações entre os níveis do PG.

O segundo problema é aquele da construção do objeto semiótico. Trata-se de uma questão universal, com a qual o semioticista é obrigado a defrontar-se tanto no caso da análise de um romance, de uma publicidade ou de uma pintura, quanto no caso da análise dos comportamentos dos consumidores de um *shopping center*, dos transeuntes de uma rua ou dos torcedores que assistem a uma partida em um estádio de futebol.

No entanto, mesmo concordando sobre o fato de que nem os textos-objetos aos quais se refere Marrone possuem uma objetividade predefinida⁴, é preciso ressaltar que analisar um filme ou a conduta de uma torcida são tarefas assaz diferentes. Resumindo, como aponta Anna Maria Lorusso (2010, p. 161), três são os principais problemas que é preciso enfrentar ao abordar uma prática de vida como esta:

1. a ausência de uma programação autoral que orienta e organiza os elementos em jogo;
2. a ausência – frequente, mas nem sempre presente – de fronteiras definidas;
3. a ausência de uma forma da expressão estabilizada (enquanto o texto possui um plano da expressão fixo, a prática muda, podendo englobar elementos diversos).

Como, então, construir este objeto? Vale deter-se de maneira mais profunda sobre este aspecto.

3 A prática enquanto objeto semiótico

Na Introdução a seu livro *Tracciati di Etnosemiotica*, Francesco Marsciani defende que reconstruir o sentido de uma prática – isto é, construí-la enquanto objeto

e conduz a um raciocínio circular (Hjelmslev, 1941, p. 124, tradução nossa).

⁴ Sobre a suposta objetividade de textos-objetos como filmes e romance veja-se também o trabalho de Patrizia Violi (2007).

semiótico – implica, antes de tudo, aceitar quatro preceitos fundamentais:

1. o que se observa possui sempre uma forma textual, isto é, é sempre um discurso que se manifesta (...);
2. o que se observa nunca é – ao menos em princípio – predeterminado por macrocategorias sociológicas ou psicológicas (...);
3. o que se observa contém, em si, os valores que determinam sua significatividade (nunca observamos algo que, de alguma forma, não seja desde já interpretado na e da imanência de seus elementos constitutivos: agentes, profundidades espaciais, tensões temporais);
4. o valor do que se observa depende sempre da relação entre observador e observado (Marsciani, 2007, p. 11, tradução nossa).

O primeiro e o segundo ponto elencados pelo autor situam-se na esteira das reflexões de Marrone previamente apresentadas: de fato, dizer que a prática que se observa possui sempre uma forma textual, e que não é determinada por macrocategorias sociológicas ou psicológicas, significa reconhecer que ela não é um fenômeno *dado*, mas sim o *resultado* de um recorte operado a partir de um determinado modelo teórico de descrição. O terceiro e o quarto ponto referem-se a uma outra questão, intimamente atrelada aos dois primeiros: além de emergir a partir do modelo teórico de descrição – parece sugerir Marsciani – a prática ganha forma, enquanto objeto semiótico, no ponto de encontro entre as linhas de resistências que ela apresenta e as perguntas que o analista lhe coloca. Voltarei mais adiante sobre estas duas últimas questões, que, como veremos, tocam diretamente as problemáticas centrais do artigo e, em particular, a questão da politicidade da perspectiva semiótica. Antes de nos debruçarmos sobre tais assuntos, vejamos o que significa, para Marsciani, assumir que as práticas observadas possuem uma forma textual e que seu sentido não é sociologicamente ou psicologicamente predeterminado.

Em outro texto publicado em português e intitulado *Introdução à Etnossemiótica*, Marsciani defende que a prática se apresenta primeiramente aos olhos do semiótico enquanto “cena discursiva”. Ou seja: antes de tudo, o que se apreende ao longo de uma observação etnossemiótica são os traços que compõem a sintaxe discursiva do PGS: espaços, tempos, atores (cf. Marsciani, 2012, p. 30). Tarefa do semiótico é reconstruir as articulações entre tais elementos: como os espaços

são preenchidos? De que maneira os sujeitos definem e valorizam suas características (medidas, distâncias, confins, etc.). Como se organizam os tempos – através de quais ritmos ou tendências aspectuais? Quais formas e densidades assumem os atores (totalidades parciais, integrais, singularidades, multiplicidades?).

Paralelamente a estas primeiras observações, continua o autor, é necessário considerar “as relações entre atores da experiência e seus ambientes semióticos, que é o que consideramos a articulação plástica da cena discursiva” (Marsciani, 2012, p. 30). São, pois, tais elementos que os sujeitos escolhem – ou não – pertinentizar e que, segundo o caso, podem assumir papéis actanciais diferentes (sujeitos, objetos de valor, adjuvantes, etc.). A análise segue, assim, rumo às estruturas narrativas e aos valores fundamentais da cena, procurando destrinchar e desimplicar seus efeitos de sentido e suas possíveis correlações.

Este ponto de vista é compartilhado pela abordagem sociossemiótica, segundo a qual a prática é uma série relacional de traços passíveis de serem reconstruídos através de uma análise fundada no PGS, em particular no “ir e vir da superfície do discurso às profundidades das axiologias e valores em circulação” (Oliveira, 2014a, p. 185) e nas categorias plásticas. No entanto, os estudos sociossemióticos enfatizam de maneira mais radical alguns aspectos que, na perspectiva etnossemiótica, permanecem às vezes em segundo plano.

Em primeiro lugar, a plasticidade e as qualidades sensíveis do ambiente que os sujeitos praticam e no qual interagem. Antes de tudo, o olhar dirige-se ao conjunto de formantes plásticos que compõem a cena: formantes topológicos, eidéticos, cromáticos, como também matéricos, sonoros, térmicos e olfativos. O estudo das práticas de vida na cidade de São Paulo, conduzido pelos membros do Centro de Pesquisas Sociossemiótica de São Paulo no âmbito do Projeto Temático “Práticas de vida e produção de sentido da metrópole de São Paulo: regimes de visibilidade, regimes de interações e regimes de reescritura”⁵ (cf. Oliveira, 2014b; 2017), resume de maneira clara esta maneira de operar. As análises reconstróem os papéis desenvolvidos por elementos como o concreto, o cheiro, o som, a temperatura, com os quais os paulistanos interagem, reescrevendo, muitas vezes, seus sentidos iniciais. É o que mostra, por exemplo, a prática do *skate* em praças como a recém-reformada Praça Roosevelt e em avenidas como a Paulista, onde o chão liso e os bancos serviram como um convite irrecusável para redesenhar sua cotidianidade e inverter sua rotina, substituindo seus valores práticos e utilitários por valorizações lúdicos-estéticas (Cf. Floch, 1995).

⁵ Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e coordenado por Ana Claudia de Oliveira, o projeto foi desenvolvido entre 2011 e 2015 e contou com a participação de um elevado número de pesquisadores, divididos em ateliers temáticos de pesquisas (Atelier São Paulo: *práticas esportivas*, Atelier São Paulo: territórios de cultura, etc. etc.).

Ou ainda, o aproveitamento de inclinações naturais do terreno, como no caso do Parque da Independência, em frente ao Museu do Ipiranga, no bairro homônimo, e da assim chamada “Ladeira da Morte”, em Perdizes (cf. Demuru; Mendes; Pereira, 2014). Nesse sentido, como lembra Ana Cláudia de Oliveira (2014b), a sociosemiótica das práticas de vida na cidade vai além da semiótica do espaço e da arquitetura desenvolvida por autores como Hammad (2006), cuja abordagem tende a limitar-se, segundo a autora, à análise das morfologias espaciais dos lugares:

A semiótica das práticas de vida é, pois, mais abrangente do que uma semiótica do espaço, e convoca a interseção da semiótica plástica (...), que permite analisar as qualidades das várias figuratividades correlatas que se manifestam em um todo de sentido (Oliveira, 2014a, p. 197).

Em segundo lugar, os diferentes tipos de interação (Landowski, 2005) – entendendo como interação “um ato transitivo entre sujeitos” (Oliveira, 2014a, p. 184) – segundo os quais as práticas se organizam, tanto aqueles que compõem o regime de junção do nível semionarrativo *standard* (programação, manipulação), quanto aqueles que, segundo Landowski (2005), integram o que o semiótico francês define “o outro lado da gramática narrativa” do PGS (cf. Landowski, 2005), isto é, o a lógica da “união” (caracterizada pelos regimes de ajustamento e acidente/assentimento). Em uma cidade como São Paulo haverá, assim, práticas prevalentemente:

1. *programadas*: fundadas na reiteração de gestos, ações e movimentos – como aquelas de quem segue as prescrições de um certo enunciador (prefeitura, estado, etc.);
2. *manipuladas*: em que um quem um determinado sujeito abraça um programa narrativo proposto por algum destinador – como no caso, por exemplo, das práticas das ciclovias e ciclofaixas, cujo uso foi recentemente enquadrado dentro de um discurso de marca (Demuru; Mendes; Pereira, 2014);
3. *ajustivas*: baseadas em um princípio de interação estésica entre corpos (os corpos físicos e os corpos da cidade) – como no caso acima citado dos skatistas ou, ainda, das interações entre as torcidas e o arranjo plástico das arquibancadas dos estádios e de suas áreas limítrofes (cf. Demuru, 2014);
4. *acidentais*: fundadas, segundo as mais recentes reformulações de Landowski (2010), em um princípio de assentimento ao risco – como aquelas de quem reescreve a cidade, instalando, por exemplo,

academias construídas com material reciclado embaixo dos viadutos⁶.

Tirando algumas primeiras conclusões, parece-me possível afirmar que, seja na perspectiva etnosemiótica, seja naquela sociosemiótica, o PGS e os seus mais recentes desdobramentos – a problemática da união desenvolvida por Landowski – e as categorias plásticas configuram-se, portanto, como uma grelha – maleável e aberta a todos os possíveis desvios e combinações – através da qual abordar e, conseqüentemente, construir semioticamente a prática que se escolheu analisar. E não apenas isso. Ao mesmo tempo, ele representa uma resposta ao “pedido de controle” dos processos de interpretação dos fenômenos culturais tematizado pela antropologia pós-estruturalista do século XX, em particular por Clifford Geertz (Marsciani, 2012, p. 18). Em *Interpretação de culturas*, sua obra principal, Geertz defendeu, pois, a necessidade, por parte dos antropólogos, de elaborar um método de “descrição densa” (Geertz, 1973, p. 6) que fosse capaz, por um lado, de dar conta da cultura entendida, como ele mesmo postulou, enquanto universo semiótico e, por outro lado, de garantir um controle sobre as derivas da *sobre-intepretação* e da *sub-intepretação* (para Geertz, uma boa descrição densa deveria aceitar uma hipótese que seria melhor recusar e recusar uma hipótese que seria melhor aceitar, cf. Geertz, 1973, p. 21). Uma demanda à qual a semiótica gerativa greimasiana e pós-greimasiana pode proporcionar respostas, oferecendo ao analista um conjunto de conceitos interdefinidos que, longe de restringir as práticas e os objetos em caixas fechadas e autossuficientes de categorias formais, pode auxiliá-lo a controlar suas descrições – já que “as categorias não são reconstruções das razões dos eventos, mas sim as explicações de sua possibilidade de fazer sentido” (cf. Marsciani, 2012, p. 24).

Restam, contudo, dois problemas. O primeiro diz respeito aos métodos de observação e de coleta de dados. É um aspecto sobre o qual, fora algumas exceções (cf. Oliveira 2017; Dondero, 2015), ainda quase não se refletiu e que merece, sem dúvida, uma discussão mais consistente, assim como um diálogo com as disciplinas que lidam cotidianamente com o assunto (etnografia, antropologia e etnometodologia): como coletar os dados? Através de quais ferramentas e linguagens (escrita, fotografia, vídeo)? Como, ainda, problematizar as implicações de cada ferramenta e linguagem no próprio recorte da prática? São questões cruciais, as quais, no entanto, ultrapassam as fronteiras do presente artigo.

O segundo é um problema que concerne às ausên-

⁶ Trata-se, obviamente, de uma categorização fluída ou, nos termos do próprio Landowski (2005), “elíptica”, que prevê diálogos e sobreposições constantes entre um regime e o outro: de fato, o que a análise demonstra é que, se é possível, por um lado, individuar a prevalência de um regime no interior de um determinado processo de interação, pelo outro, é raro encontrar práticas fundadas exclusivamente em um só regime.

cias individuadas por Lorusso (2010), reconhecido abertamente pelo próprio Marsciani em diversos momentos de seu trabalho: “em muitos aspectos, a observação é um processo sujo. Nunca há transparência, nunca há fronteiras definidas, quase nunca preenchimentos saturados e homogêneos” (Marsciani, 2007, p. 12, tradução nossa). Por onde começar? O que recortar? Porque, ao analisar as práticas de uma rua, escolher, por exemplo, um determinado trecho de calçada e não um outro? Por que não um metro a mais ou um metro a menos? Como, enfim, justificar tais escolhas? São questões que envolvem mais diretamente os pontos *d* e *c* citados por Marsciani. Se é claro, pois, que são o método e a perspectiva epistemológica nele implícita que constroem o objeto, é também evidente – ou deveria ser – como suas pertinências emergem, ao mesmo tempo, a partir dos problemas e das perguntas da pesquisa. É aqui – e, mais precisamente, na articulação destes dois últimos pontos com os dois primeiros – que se joga, como veremos agora, a partida da politicidade da abordagem semiótica.

4 Por uma sociosemiopolítica das práticas

4.1 Entre micro e macro

As reflexões expostas até agora respondem, em parte, à pergunta sobre a especificidade do ponto de vista semiótico sobre as práticas e o seu possível aporte às outras disciplinas do campo das ciências sociais. Resumindo, o que podemos colocar à disposição é uma teoria e um método de descrição dos níveis de articulação do sentido capaz de individuar relações entre expressões e conteúdos, atores, tempos, espaços, temas e figuras, programas narrativos e regimes de interação, valores profundos e axiologias em jogo na prática.

No entanto, para que a semiótica volte a “morder o social” (Greimas, 1995, p. 69) e ocupar uma posição de relevo no debate público contemporâneo, é preciso dar um passo a mais e, como afirmei na Introdução ao artigo, ultrapassar as fronteiras da prática e reconstruir, passo a passo, os elos que ela estabelece com outras práticas, discursos e axiologias/ideologias do campo sociocultural em que se inscreve. Um processo cujo primeiro e fundamental passo é representado pela escolha e pelas justificativas das perguntas e das problemáticas de pesquisa e, conseqüentemente, pela admissão, parafraseando Marsciani, da parcialidade do olhar do observador sobre o observado.

Tentarei explicar melhor tal posicionamento através de um exemplo livremente inspirado na pesquisa que desenvolvi entre 2012 e 2015 no âmbito do Projeto Temático “Práticas de vida e produção de sentido da

metrópole de São Paulo: regimes de visibilidade, regimes de interação e regimes de reescritura” (cf. Demuru, 2014; 2017), para o qual esta foi uma questão central.

Suponhamos que decida elaborar um projeto de pesquisa que vise analisar, de um ponto de vista semiótico, os novos estádios de futebol de São Paulo – a *Arena Corinthians*, palco da partida de abertura da Copa do Mundo de 2014, e o *Allianz Parque*, da Sociedade Esportiva Palmeiras – e seus impactos na vida e nas práticas de vida da cidade:

Para começar, ao menos, a dar conta de uma proposta ainda consideravelmente vaga, a melhor opção é, sem dúvida, ir fisicamente até meu objeto e começar por observar como os estádios se apresentam e o que acontece dentro deles e ao seu redor. Se tiver sorte, perceberei logo algumas saliências plásticas e figurativas potencialmente significantes e significativas. Notarei, talvez, que, em relação aos antigos estádios da cidade, como o Pacaembu, as novas arenas apresentam algumas diferenças: (i) os degraus das arquibancadas de concreto foram substituídos com assentos com encostos – o que pode impedir a realização das coreografias clássicas das torcidas; (ii) nos ambientes internos, tal como nos *shopping center* de São Paulo, o mármore é um dos materiais mais utilizados; (iii) as lojas, os bares e os pontos de venda em geral multiplicaram-se; (iv) a comida, cada vez mais sofisticada, não é mais a de antes; (v) as comunidades situadas nos arredores dos estádios foram confinadas dentro de muros de tapumes construídos especificamente para escondê-las (no caso da *Arena Corinthians*); (vi) que as pessoas caminham, encontram-se, param para conversar apenas nas calçadas opostas àquelas localizadas logo abaixo das paredes externas dos estádios, protegidas, por sua vez, por altas grades de ferro (no caso do *Allianz Parque*).

Chegou agora o momento de colocar alguma pergunta ao meu objeto e começar a entender o que quero da minha pesquisa. A este propósito, apresentam-se algumas possibilidades. Posso perguntar, por exemplo, qual é a função que os novos estádios cumprem dentro do contexto urbano, pressupondo, talvez, que tais edificações estão deixando de ser lugares destinados ao esporte para se tornarem verdadeiros centros comerciais (e terei muito provavelmente elementos para confirmar tal hipótese). Ainda, posso perguntar qual é a dinâmica interna às práticas que têm lugar fora e dentro dos estádios, individuando suas variações durante os diversos momentos do dia e da semana e os modos em que os sujeitos atualizam ou não atualizam os traços plásticos do ambiente. Ou, ao contrário, posso apostar um pouco mais e perguntar se, por acaso, há alguma correspondência entre tais práticas, o arranjo plástico dos novos estádios, o mármore, as lojas, as comunidades escondidas, os muros, etc. e a dinâmica mais geral de controle, elitização e higie-

nização que caracteriza, em maior escala, as cidades brasileiras. Perguntar se os novos estádios são seu reflexo – seu “modelo reduzido”, para usarmos uma expressão cara a Lévi-Strauss (1962) – ou se e como eles contribuem a alimentá-la, procurando estabelecer “séries”⁷ de relações com outros objetos, valores, axiologias, regimes de sentido e interação do universo social do qual os primeiros fazem parte. Perguntar, ainda, se existem – e, se existem, como se configuram – formas de resistência ou práticas alternativas à tais regimes.

Acredito que são perguntas como estas que é necessário colocar a fim de resgatar a politicidade da abordagem semiótica. Perguntas, em certo sentido, ambiciosas, que favorecem um deslocamento para além dos objetos e das suas (sempre parciais e hipotéticas) fronteiras, como também das fronteiras (também parciais e hipotéticas) que, ainda hoje, se costuma atribuir à disciplina. De ampliar o olhar e, como dizia antes, por em relação micro e macro configurações de sentido, que ajudem a desvelar as relações de força que se escondem atrás da superfície de nossa existência e das quais, muitas vezes, não percebemos a presença. De desmascarar, para dizê-lo com Landowski (2005), os dispositivos de *programação* que tendem a usurar e dessemantizar nossas vidas cotidianas, as estratégias de *manipulação* de quem pretende impor seu próprio querer, as formas de *assentimento* a uma instância transcendente (Deus, o acaso, a internet, o que for) à qual recorreremos para dar sentido às fatalidades de nosso destino. De mostrar, enfim, os percursos de lutas através dos quais os sujeitos procuram resemantizá-los, desconstruí-los e ultrapassá-los.

Resumindo, é preciso fazer perguntas contundentes, apostar alto e, quando possível e pertinente, não ter medo de generalizar⁸, reconstruindo intepretações globais que não encontrem suas justificativas em categoriais e opiniões socioculturais pré-formadas, mas na análise detalhada de suas manifestações locais. Ou, para dizê-lo com Sedda (2012, p. 12-13, tradução nossa), trata-se de praticar um “olhar estereoscópico [fundando] em um jogo constante e circular de definições de relações internas e externas, de construção de series (...) que estabelecem similaridades e diferenças, de olhares analíticos cada vez mais detalhados e imaginações culturais cada vez mais vastas”, que o sistema interdefinido de conceitos do projeto de descrição greimasiano nos permite praticar e, como pedia Geertz, controlar. Uma perspectiva da qual, em nome de uma suposta imanência do texto-objeto, fomos aos poucos esquecendo e que, contudo, é o caso lembrar, encon-

tra suas origens na própria constituição das bases do pensamento semiótico estrutural. Mais precisamente, na obra de Saussure e Hjelmslev.

Em seu *Curso de Linguística Geral*, o linguista suíço lembra como o valor ou a identidade dos elementos linguísticos se constitui a partir de um dúplice feixe de relações: por um lado, a partir das relações que eles tecem com outros elementos de seu sistema de referência; por outro lado, a partir das relações eles estabelecem com elementos próprios de outros sistemas⁹:

Mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio fundamental. Eles parecem estar constituídos:

1. por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar
2. por coisas semelhantes que se podem comprar com aquela cujo valor está em causa (Saussure, 2006, p. 134).

Assim, segundo o exemplo do próprio Saussure, é possível trocar uma nota de 5 francos por 5 moedas de 1 franco ou por uma determinada quantidade de pão.

Paralelamente, nas conclusões dos *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, Hjelmslev (1975), afirma que o foco sobre a língua enquanto sistema de dependências internas é apenas um momento de um projeto científico maior, fundado, ao mesmo tempo, em um trânsito entre *análise* (desconstrução detalhada e minuciosa do objeto analisado) e *catálise* (reconstrução e intepretação de suas dependências externas) e uma outra ideia de imanência:

O simples ato de fala obriga o pesquisador a introduzir por catálise um sistema que seja coesivo com esse ato (...) Todo sistema é uma totalidade que se basta a si próprio; no entanto, nenhuma totalidade está isolada. Catálise sobre catálise obrigam a ampliar o campo visual ate que se chegue a levar em conta todas as coesões (...) A imanência e a transcendência juntam-se numa unidade superior baseada na imanência. A teoria linguística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem e, através dela, a atingir o domínio do saber humano em sua totalidade. Com isso, a teoria da linguagem atingiu a finalidade que se tinha atribuído: *humanitas et universitas* (Hjelmslev, 1975, p. 133).

É este tipo de olhar e atitude que a semiótica das práticas – e, talvez, a semiótica em geral – precisa recuperar. Estudos recentes, de cunho explicitamente ou implicitamente sociossemióticos (Oliveira, 2014; 2017, Pezzini, 2017, Marrone, 2007) ou semiótico culturais (Sedda, 2012), têm levado este aspecto em

⁷ O problema da construção de séries de objetos diferentes na análise arqueológica das culturas e das épocas históricas foi debatido por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969). Para uma revisão e uma tradução semiótica do conceito foucaultiano, ver em particular os trabalhos de Sedda (2012) e Lorusso (2010).

⁸ Sobre os problemas da exemplaridade e da generalização em sociossemiótica remete-se ao recente ensaio de Pozzato (2014).

⁹ Para uma releitura aprofundada da dúplice acepção do valor saussuriano apresentado no *Curso de Linguística Geral*, ver em particular Paolucci (2010).

consideração, vislumbrando possíveis caminhos a seguir. Nestes casos, a análise etnossemiótica é apenas um dos passos de um percurso analítico mais abrangente, que busca reconstruir sistemas de relações mais complexos, coesivos às práticas analisadas ou, ainda, não coesivos, com as quais as primeiras entram em conflito, já que entorno do sentido há sempre uma luta constante, cujo estudo, em uma perspectiva sociosemiótica, assume uma importância capital (cf. Sedda, 2012, p. 16). O próprio trabalho de Fontanille sobre os níveis de pertinência e imanência representa uma tentativa neste sentido. O tratamento da prática como uma das camadas de um percurso que integra, deslocando-se do mais simples ao mais complexo, signos, textos-enunciados, objetos, cenas práticas, estratégias e formas de vida, nos convida a olharmos conjuntamente micro e macro. No entanto, como já alertou Lorusso (2010, pp. 168), a estrutura hierárquica e integrativa de tal esquematização – ainda que preveja possibilidades de sínopes ascendentes e descendentes entre um nível e o outro – parece não perceber que a operação necessária para uma análise deste tipo não diz apenas respeito a uma mudança de escala ou de medida dos objetos analisados, mas sim a uma diferente maneira de cortar, pertinentizar e construir um *corpus* mais vasto:

Ampliar o horizonte de análise a fim de incluir o horizonte da cultura em que um fenômeno está inserido não é uma mera operação de ampliação da medida do objeto, de inclusão do extratextual: é uma operação semiótica de tradução e conversão, uma integração que transforma diversas ocorrências concretas em instâncias formais, das quais se selecionam apenas algumas pertinências e saliências, em função das relações que os objetos permitem: trata-se - o repetimos mais uma vez - de construir *series* adequadas (Lorusso, 2010, P. 168, tradução nossa).

4.2 Entre experiência e narração

Cabe, por fim, colocar e discutir uma outra questão: a relação da prática “em ato” com suas representações discursivas.

Vimos no item 2, que um dos pontos essenciais para a análise etnossemiótica das práticas elencados por Marsciani dizia a respeito da significatividade da prática. O que se observa, defende o semiótico italiano (Marsciani, 2012, p.11), “contém em si os valores que determinam sua significatividade (nunca observamos algo que, de alguma forma, não seja desde já interpretado, e na imanência de seus elementos constitutivos: agentes, profundidades espaciais, tensões temporais)”.

Marsciani retoma tal ideia do trabalho de Clifford Geertz: toda interpretação, defende o antropólogo, é sempre uma interpretação de segundo grau, pois ela é sempre uma “interpretação de interpretações” (cf. Geertz, 1973). Neste sentido, parece sugerir Marsciani, os sujeitos protagonistas de uma prática agem na es-

teira de uma interpretação intrínseca de seus atos e dos elementos que constituem a cena (espaços, tempos, categorias plásticas), que o pesquisador procura, posteriormente, reconstruir.

No entanto, de um ponto de vista mais assumidamente sociosemiótico, isso não é ainda suficiente. Além de considerar as interpretações internas à experiência observada, é necessário refletir, ao mesmo tempo, sobre outras camadas de interpretações, em particular aquelas constituídas por suas traduções narrativas, perguntando-se como as narrações e os discursos sobre as práticas influem ou orientam sua vivência (e vice-versa) e, no caso, quais são os elos e as articulações entre o primeiro e o segundo nível.

Trata-se de uma questão que, hoje como nunca, é imprescindível abordar. Pense-se, por exemplo, na maneira como os *smartphones*, as novas tecnologias digitais e as redes sociais mudaram o universo das práticas do dia a dia do mundo ocidental. Devido ao advento e à difusão de plataformas como *Instagram*, *Facebook*, *Snapchat*, vivemos uma época marcada por uma profunda estetização do cotidiano, onde o simples ato de tomar um café ou de passear na cidade assume contornos outros e nuances novas. A representação da prática passa a ser um de seus elementos constitutivos, gerando expectativas e prefigurando, por assim dizer, seu sentido, na dúplice acepção do termo, direcional (sintática) e semântica.

Para dizer a verdade, o assunto não é novo no âmbito da reflexão semiótica. Em seu ensaio sobre os decabristas, Jurij Lotman (2006) abordou, por exemplo, a relação entre o romance do século XIX os gestos dos nobres e burgueses membros das sociedades secretas que preparam a revolução homônima de 1825, mostrando como a literatura configurava-se enquanto norte do comportamento dos primeiros. Mais recentemente, Pezzini e Marrone (2008) e Oliveira (2014b; 2017) insistiram sobre a necessidade, para uma semiótica que se propõe a apreender o sentido da cidade e das práticas de vida na cidade, de transitar entre o nível da experiência e o nível da narração, principalmente o discurso midiático, que tende, muitas vezes, a programar e manipular o fazer de seus habitantes (Oliveira, 2014b). De modo parecido, retomando e fazendo dialogar as reflexões de Lotman e Ricouer, Sedda (2012) mostrou como há um ajustamento constante entre *vida* e *textos*, que faz com que, por um lado, a primeira forneça elementos para a elaboração de histórias e, pelo outro, as segundas cheguem a “reconfigurar” a esfera da cotidianidade vivida, levando os sujeitos a agirem e se comportarem segundo as diretrizes, os modelos, os valores e as crenças das práticas midiáticas (como no caso de séries de televisão como *Sex and the City* que, como pontua o autor, foi capaz de mudar o comportamento de uma considerável fatia das mulheres norte-americanas).

Como no caso da oscilação entre micro e macro configurações de sentido, aqui também estamos diante de uma questão de método que encontra sua razão e justificativa no plano epistemológico da disciplina: na impossibilidade, mais precisamente, de individuar um plano de existência “real” ou “natural” do mundo além das linguagens e dos discursos que o atravessam. É o que postula Hjelmslev (1981) em seu ensaio sobre a estratificação da linguagem, no qual o linguista, embora reconhecendo a existência de um nível físico e sociobiológico da substância do mundo, afirma que o único nível semioticamente pertinente para sua análise é o nível das “apreciações coletivas”, isto é, do senso comum depositado na língua e em outros sistemas semióticos. É o que, alguns anos mais tarde, expõe Greimas (1975) em seu texto sobre as condições semióticas do assim chamado “mundo natural”, quando faz questão de lembrar que o “natural”, o mundo físico em que vivemos, nada mais é do que o resultado da sobreposição e da interação entre um conjunto de semióticas diversas.

Isso vale – deveria valer – não apenas para o mundo natural, como também, e mais ainda, para as práticas. É preciso levar novamente em consideração a imbricação profunda entre vida e discurso, entre ação e narração, entre mídia e experiência. Só assim, a semiótica poderá responder, entre as outras, à crítica que o próprio Ricoeur lhe fazia, confinando-a sua capacidade de intervenção à mera explicitação das leis internas do texto. Como afirma o filósofo:

A ciência do texto [a semiótica do texto N.d.R] pode só considerar as leis internas da obra literária, sem dar atenção ao montante e à jusante do texto. É em compensação, a tarefa da hermenêutica, reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer para ser dada, por um autor, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir (Ricoeur, 1994, p. 86).

Para quebrar este estereótipo ainda difuso, e demonstrar que o alcance da semiótica vai muito além das fronteiras do texto-objeto, uma semiótica das práticas que se propõe a trabalhar nos termos aqui propostos, considerando as articulações entre experiência e narração, configura, talvez, o terreno mais fértil.

5 Conclusões

Procurei justificar, nas páginas anteriores, a necessidade, para a semiótica das práticas, de levar em consideração:

1. as correlações entre o nível micro do fenômeno analisado e o nível macro do sistema ou dos siste-

mas nos quais este se insere e transita (valores, axiologias, discursos, regimes de interações dominante, etc.);

2. as correlações entre a prática e suas narrações.

Bem entendido, isso não significa desconhecer a pertinência e o aporte de outras abordagens, como, por exemplo, a abordagem – mais marcadamente micrológica – da etnossemiótica, valorizando, por outro lado, perspectivas mais macro, como aquela sociossemiótica ou semiótico-cultural¹⁰. Muito pelo contrário, significa se posicionar a favor de sua absoluta e imprescindível complementariedade, finalizada, por sua vez, ao resgate, ao desenvolvimento e à reafirmação daquela que, parafraseando Eric Landowski (2001), poderia definir uma “semiótica implicada”, engajada, ou seja, em uma crítica das formas e das estruturas do poder. Uma sociossemiótica que aja, para retomar as palavras de Greimas citadas na Introdução, como uma “terapia do social”. Algo que, não por acaso, estava nos planos do semioticista francês desde os tempos de *Semântica Estrutural* (cf. Greimas, 1973):

Ao fazer alusão ao psicodrama em *Semântica Estrutural* pensei que existia uma vocação da semiótica não apenas para o conhecimento do fato social ou individual, mas também para a transformação do social ou do individual; que a semiótica poderia ser, em última instância, uma *terapia do social* (...). É possível imaginar que a semiótica venha a ser uma espécie de ciência prima, que procure morder o social e não se limite a permitir sua compreensão (Greimas 1995, p. 160, tradução e destaque nossos).

O caminho rumo a este horizonte é longo e, em certo sentido, utópico. Mas, como dizia Eduardo Galeano, as utopias servem para isso: para que não se deixe de caminhar. ●

Referências

- Demuru, Paolo
2014. “Reescrever os estádios”. In: Oliveira, Ana Claudia de. *Do sensível ao inteligível*. São Paulo, Edições das Letras e Cores.
- Demuru, Paolo; Mendes, Ester Francisca; Pereira, Tatiana
2014. “Praticando São Paulo: interações público-privadas e reescritura da cidade pelo esporte”. In: Oliveira, Ana Claudia de. *São Paulo público-privado. Uma abordagem sociossemiótica*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Demuru, Paolo

¹⁰ Diferentemente de outros autores, que apontaram a impossibilidade, para a semiótica, de “descer no terreno da observação participada dos processos em ato” (Lorusso, 2010, p. 165), afirmando que a melhor maneira de as estudar é permanecer ancorados à suas textualizações, acredito, como disse, que a semiótica greimasiana e pós-greimasiana fornece ao pesquisador um quadro teórico-metodológico que permite, em diálogo com a perspectiva etnográfica e antropológica, sua análise *in vivo*

2017. “Novos estádios para São Paulo. Rumos do torcer e destinos da cidade”. In: Oliveria, Ana Claudia de. *São Paulo e Roma: práticas de vida e Sentido*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Dondero, Maria G
2014. *Sémiotique de l'action: textualisation e notation*. CASA: *Cadernos de Semiotica Aplicada*. Araraquara, v. 12, n. 1, p. 15-47.
- Fabbri, Paolo
2005. Istruzioni e pratiche istruite. *E/C. Rivista on line dell'Associazione Italiana di Studi Semiotici*. Palermo, E/C-Aiss. Disponível em <http://www.ec-aiss.it/archivio/tipologico/autore.php>. Acesso em: 09/04/2017.
- Floch, J. M
1990. *Sémiotique, marketing et communication*. Paris: PUF.
- Floch, Jean Marie
1995. *Identités visuelles*. Paris: PUF.
- Fontanille, Jacques
2008. *Pratiques sémiotique*. Paris: PUF.
- Fontanille, Jacques
2016. A semiótica hoje. Avanços e perspectivas. *Estudos Semióticos* (on-line). Disponível em: <http://revista.usp.br>. Editores responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Americo Bezerra Saraiva. Vol. 12, n. 2, São Paulo, dezembro de 2016, p. 1-9. Acesso em 10/04/2017.
- Foucault, Michel
1969. *Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Geertz, Clifford
1973. *The interpretation of cultures. Selected essays*. New York: Basic Books.
- Greimas, Algirdas Julien
1973. *Semântica Estrutural: pesquisa de método*. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Bilkstein. São Paulo: Cultrix.
- Greimas, Algirdas Julien
1975. “Condições para uma semiótica do mundo natural”. In: Greimas, Algirdas Julien. *Sobre o sentido*. Vários tradutores. Petropolis: Editora Vozes.
- Greimas, Algirdas Julien
1995. “Greimas in Discussion”. Trad. italiana de Gianfranco Marrone. In: Marsciani, Francesco (org). *Miti e Figure*. Bologna, Esculapio.
- Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Jacques
2011. *Dicionário de Semiótica*. Vários tradutores. 2ª ed. São Paulo, Contexto.
- Hammad, Manar
2006. *Lire l'espace, comprendre l'architecture*. Limoges: Pulim.
- Hjelmslev, Louis Trolle
1988. “Conversazione sulla teoria linguistica”. In: Hjelmslev, Louis Trolle. *Saggi Linguistici*, vol. 1. Milano Unicopli, p. 121-140.
- Hjelmslev, Louis Trolle
1981. “La stratificazione del linguaggio”. In: Hjelmslev, Louis Trolle. *Saggi di Linguistica Generale*. Parma: Pratiche, p. 35-72.
- Hjelmslev, Louis Trolle
1975. *Prologômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva.
- Landowski, Eric
2001. O olhar comprometido. *Galáxia*, São Paulo, n. 2, p. 19-56.
- Landowski, Eric
2005. *Les interactions risquées*. Limoges: Pulim.
- Landowski, Eric
2004. *Passions sans nom*. Paris: PUF
- Landowski, Eric
2015. Regimes de espaço. *Galáxia*, n. 29, p. 10-27.
- Landowski, Eric
2017. Petit manifeste sémiotique en l'honneur et à l'attention du camarade sociologue Pekka Sulkunen. *Actes Sémiotique*, Limoges, n. 120.
- Lévi-Strauss, Claude
1962. *Le pensée sauvage*. Paris: Plon.
- Leone, Massimo
2009. “Le Parkour se?miotique. Pratiche urbane di invenzione della naturalita?”. In: Bonadei, Rossana (org). *Naturale/Artificiale. Il palinsesto urbano*. Bergamo: P. Lubrina, p. 147-168.
- Lorusso, Anna Maria
2010. *Semiotica della cultura*. Roma: Laterza.
- Lotman, Jurij Michajlovič
2006. “Il decabrista nella vita. Il gesto, l'azione, il comportamento come testo”. In: Lotman et. al. *Tesi*

per una Semiotica delle culture. Roma: Meltemi.

Marsciani, Francesco

2007. *Tracciati di Etnosemiotica*. Milano: Franco Angeli.

Marsciani, Francesco

2012. *Introdução à etnossemiótica*. São Paulo: Edições CPS.

Marrone, Gianfranco

2007. L'invenzione del Testo. Appunti per una ricerca. *Versus. Quaderni di Studi Semiotici*, n. 103-105, p. 237-252.

Marrone, Gianfranco

2007. *Palermo. Ipotesi di semiotica urbana*. Roma: Carocci.

Oliveira, Ana Claudia de

2014a. Interação e sentido nas práticas de vida. *Revista Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 11, n. 31, p.179-198.

Oliveira, Ana Claudia de (Org.)

2014b. *São Paulo público-privado. Uma abordagem sociossemiótica*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Oliveira, Ana Claudia de (Org.)

2017. *São Paulo e Roma. Práticas de vida e sentido*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Paolucci, Claudio

2010. *Strutturalismo e interpretazione*. Milano: Bompiani.

Pezzini, Isabella; Marrone, Gianfranco

2008. *Linguaggi della città. Senso e metropoli II: modelli e proposte di analisi*. Roma: Meltemi.

Pezzini, Isabella

2016. *Roma in divenire tra identità e conflitto*. Roma:

Nuova Cultura.

Pozzato, Maria Pia

2012. *Foto di matrimonio e altri saggi*. Milano: Bompiani.

Pozzato, Maria Pia

2014. "La dinamica caso/generalizzazione in socio-semiotica". In: Oliveira, Ana Claudia de (org.). *As interações sensíveis*, São Paulo, Estação das Letras e Cores, p. 171-178.

Ricouer, Paul

1994. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus Editora.

Saussure, Ferdinand de

2006. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bilkstein. São Paulo: Cultrix.

Sedda, Franciscu

2003. *Tradurre la traduzione*. Roma: Meltemi.

Sedda, Franciscu

2012. *Imperfette traduzioni*. Roma: Nuova Cultura.

Sedda, Franciscu

2006. "Introduzione". In: Lotman, Jurij Michajlovič et al. *Tesi per una semiotica delle culture*. Roma: Meltemi.

Violi, Patrizia

2005. Il corpo, le pratiche. *E/C. Rivista on line dell'Associazione Italiana di Studi Semiotici*. Palermo, E/C. Aiss. Disponível em: http://www.ec-aiss.it/index_d.php?recordID=363. Acesso em 10/04/2017.

Violi, Patrizia

2007. Caché, o il senso nascosto. *Versus. Quaderni di Studi Semiotici*. Bologna, n. 103-104-105, p. 13-36.

Dados para indexação em língua estrangeira

Demuru, Paolo

Life's practices. Between semiotics, communication and politics.

Estudos Semióticos, vol. 13, n. 1 (2017)

ISSN 1980-4016

Abstract: *The aim of this paper is both to reaffirm and discuss the need of a sociosemipolitical and communicational perspective on the practices of life. It is defended that such approach should be based on two theoretical and methodological movements: (i) on the construction of bridges between the analysis of micro and the analysis of macro configuration of meaning, meaning it should look and individuate the links between the practices and the other practices, the texts, the discourses and the ideologies of the sociocultural universe in which they are inscribed in order to unravel the relations of power which are hidden in the interstices of our existence as well as the resistance that people oppose to it; (ii) on the link between the ethnosemiotic analysis of the practice and the analysis of its discursive representation, whether the representation produced by the subjects involved in the practice or other representation produced by external enunciators. From this perspective, what defines the identity of a practice is not only the performance or the predicative scene itself, but also the narratives - particularly the mediatic narrative - that, in some way, shape and direct the actions and the interactions among the subjects, contributing, using Paul Ricoeur's terms, to configure, refigure and, in some cases, prefigure its meaning.*

Keywords: *Practices ; Semiotics ; Communication ; Politics*

Como citar este artigo

Demuru, Paolo. Práticas de vida. Entre Sémiótica, comunicação e política. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 13, Número 1, São Paulo, julho de 2017, p. 28-39. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 18/05/2017

Data de sua aprovação: 18/06/2017
